

**Resumo Executivo da
18ª. Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Juventude**

Conselho Nacional de Juventude

18ª Reunião Extraordinária - Curitiba-PR, de 9 a 11/09/2009

	NOME	REPRESENTAÇÃO
1	ANA CAROLINA BARBOSA	CPM - CENTRO POPULAR DA MULHER
2	ANDERSON CLAYTON PASSOS	NAÇÃO HIP HOP BRASIL
3	ANGELA CRISTINA SANTOS GUIMARÃES	UNEGRO - UNIÃO DE NEGROS PELA IGUALDADE
4	CARLOS EUGENIO ALVES DA SILVA REZENDE	JOCUM - JOVENS COM UMA MISSÃO
5	DANIEL DE PÁDUA FERNANDES RIBEIRINHA	VIVA RIO
6	DANIEL GUTEMBERGUE RIBEIRO DA SILVA	RENAJU - REDE NACIONAL DE ORGANIZAÇÕES DA JUVENTUDE
7	DANIELA ROCHA MAGALHÃES	CIPO - COMUNICAÇÃO INTERATIVA
8	DANIELE COSTA SILVA	UBM - UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES
9	DIEGO CALEGARI FELDHAUS	BRASIL JUNIOR – CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS JUNIORES
10	EDNEY SANTOS MENDONÇA	PJ - PASTORAL DA JUVENTUDE NACIONAL
11	ELISANGELA LIZARDO DE OLIVEIRA	ANPG - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS- GRADUANDOS
12	EMERSON SILVA GOMES	FORÇA SINDICAL
13	FABIANA DE SOUZA COSTA	CEMJ - CENTRO D E ESTUDOS E MEMORIA DA JUVENTUDE
14	FÁBIO MEIRELLES H. DE CASTRO	ESCOLA DE GENTE - COMUNICAÇÃO EM INCLUSÃO
15	GABRIELA BARBOSA BATISTA	REJUMA - REDE DA JUVENTUDE PELO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
16	GILSON DA CRUZ RODRIGUES	CNAB - CONGRESSO NACIONAL AFRO BRASILEIRO
17	GIUSEPPE MARIA VOZZA	PANGEA - CENTRO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
18	HELOISA HELENA DANIEL	NECA - ASSOCIAÇÃO DOS PESQUISADORES DE NÚCLEOS DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A CRIANÇA E O ADOLESCENTE
19	ISMÊNIO BEZERRA	FÓRUM DE GESTORES E SECRETÁRIOS ESTADUAIS DA JUVENTUDE
20	JANAÍNA CONCEIÇÃO DEITOS	CMB - CONFEDERAÇÃO DAS MULHERES DO BRASIL
21	JOÃO MARCOS PEREIRA VIDAL	UGT – UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES
22	JULIA NADER DIETRICH	ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ
23	KARLOS RIKARYO MOURÃO PINHEIRO	REDE SOU DE ATITUDE
24	LUCIANA CAMILA DOS SANTOS BRANDÃO	IJC - INSTITUTO DE JUVENTUDE CONTEMPORANEA
25	LUCIANA MARTINELLI	ARACATI - AGENCIA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL
26	MARCELO BRITO DA SILVA	UJS - UNIÃO DA JUVENTUDE SOCIALISTA
27	MARCUS VINÍCIUS ARAÚJO BATISTA DE MATOS	REDE FALE
28	MARIA VIRGINIA DE FREITAS	AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO.

29	MÁRVIA SCARDUA	UNE - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES
30	NADJARA JESUS DA SILVA	ACBANTU – ASS. CULTURAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO BANTU
31	PÉRICLES CHAGAS FARIAS	REDE DE JOVENS DO NORDESTE
32	ROSEANE RIBEIRO ARÉVALO	JOVENS FEMINISTAS DE SÃO PAULO
33	SAMOURY MUGABE FERREIRA BARBOSA	ARTICULAÇÃO POLÍTICA DE JUVENTUDES NEGRAS
34	SARAH DOMINGUES DA ROCHA NIGRI	ABUB - ALIANÇA BIBLICA UNIVERSITARIA DO BRASIL
35	SEVERINE CARMEM MACEDO	FETRAF – FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR
36	SOLANGE OLIVEIRA LEITE	INSTITUTO ALIANÇA COM O ADOLESCENTE
37	TAÍS BRINGHENTI AMARA SILVA	ABUB - ALIANÇA BIBLICA UNIVERSITARIA DO BRASIL
38	TIAGO ALVES FERREIRA	CUCA - CENTRO UNIVERSITARIO DE CULTURA E ARTE
39	VALÉRIO DA COSTA BEMFICA	CPC - CENTRO POPULAR DE CULTURA 8 DE MARÇO
40	WALDIR FERREIRA DA SILVA	CGTB – CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES DO BRASIL
	LOUISE VENDRAMINI	UEB
	PATRICK TIMMER	CUT-PR
	DANIELLE GRUNEICH	ABUB
	SOLISANGELA MONTES	MIN. C&T
	ÉRIKA D. SILVA GALINDO	CONTAG
	GERSON BRANDÃO	INSTITUTO PÓLIS
	ÁLISSON ARAÚJO	MIN. DO TRABALHO E EMPREGO
	ALEX NAZARÉ	SNJ/SG-PR
	DANIEL MITTELBAACH	CUT-PR
	MARCOS VINICIUS MATOS	REDE FALE
	FABRÍCIO LOPES	UBES
	THEREZA	MINISTÉRIO DA SAÚDE
	ROSANGELA VIEIRA	SNJ/SG-PR - PROJovem URBANO
	RENATA MARIA BRAGA DOS SANTOS	SNJ/SG-PR
	REINALDO CHAVES GOMES	MIN. DA JUSTIÇA

Justificaram ausência os(as) conselheiros(as):

Marina Ribeiro (IBASE),

Pedro,Junqueira (MinC)

Jeruza Vasconcelos (SEDH)

Karla dal Bosco (SENAD)

Raquel Trajberg (MEC)

Eloá Kática Coelho (SEPPPIR)

E

Ane Cruz (SPPM)

10 de setembro, pela manhã.

Abertura dos trabalhos

O Presidente do Conselho Nacional de Juventude - Conjuve, David Barros, deu início a reunião dando bom dia a todos/as os/as presentes, em especial aos representantes do governo do Estado do Paraná que recepcionou as/os conselheiras/os. Aproveitou também para destacar a importância das reuniões rotativas.

Kleber Gesteira, secretário executivo-adjunto da Secretaria Geral da Presidência da República, saudou o plenário dizendo de sua satisfação com o trabalho profícuo do Conjuve. Segundo ela, a política de participação é um dos principais eixos do atual governo e neste âmbito do Conjuve figura com protagonismo desde o seu surgimento, passando pela I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, e os encaminhamentos por meio dos grupos de trabalho.

Momento com o Governo Estadual sobre Políticas Públicas de Juventude do Estado do Paraná.

Thelma Alves de Oliveira, Secretária de Estado da Criança e da Juventude do Paraná.

Exposição da Thelma A. de Oliveira

Anexo 1.

DEBATE

O conselheiro estadual do Maranhão, Raimundo, questionou como está o processo de criação do Conselho Estadual de juventude do Paraná, uma vez que sentiu falta deste assunto na exposição.

Questionou também qual é a população prioritária? Como foram os critérios definidos desta população?

Esta população prioritária é a juventude abaixo dos 18 anos. Isto foi definido em decorrência da origem dos recursos serem oriundos da política do ECA. Entretanto, é possível trabalhar para ampliar esta faixa de atendimento baseado na diversidade de atividade e na..... **(falta parte do texto)**

A Secretária de Estado da Criança e da Juventude do Paraná, Thelma Alves de Oliveira, respondeu que existe o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente que discutiu, ainda que de modo parcial, o tema juventude. É a partir dele que estamos fazendo o debate do Conselho Estadual da Juventude. Atualmente existem 42 organizações contactadas e junto as quais está havendo um esforço de incentivar a organização do conselho com a participação mais ativa e um protagonismo maior da sociedade civil. É preciso que tenha como produto um conselho que não dependa exclusivamente do governo.

Márcio, coordenador de juventude do governo paranaense expôs que existe um decreto do primeiro governo de Roberto Requião que criou o conselho, entretanto este não pode acontecer sem a organização da sociedade.

João Vidal, da UGT, perguntou sobre o critério para os jovens atendidos pelas medidas sócio-educativas poderem trabalhar na educação pública municipal.

Thelma informou que existe um número determinado de *aprendizes* que obrigatoriamente toda a empresa deve contratar, mas as empresas não contratam porque não existe quem os formem. A

proposta do governador Requião é que esta exigência considere também os estudantes de escolas técnicas e escolas profissionalizantes, sendo as próprias escolas quem faça os acompanhamentos dos novos *aprendizes*.

Respondendo à pergunta, o critério é que o jovem esteja saindo da internação; estar cumprindo medida semi-aberta; não ter histórico com o crime organizado; se for usuário de drogas tem que se comprometer em fazer tratamento.

Fábio Meirelles, conselheiro pela entidade Escola de Gente, parabenizou a exposição de Thelma e indagou sobre como as políticas de juventude estão sendo relacionadas às políticas de acessibilidade.

Reinaldo, Conselheiro pelo Ministério da Justiça – MJ, pediu esclarecimentos de como tem sido a experiência de compartilhar a gestão com os municípios de um espaço que por princípio é do estado. Mais diretamente arguiu sobre as condições que são dadas aos municípios para a instalação dos aparelhos nas cidades. Qual a dinâmica administrativa do local aos fins de semana, e, sobretudo, quem tem o poder de decisão sobre o local, com horário, usuários, etc.

Patrick, representante da juventude da Central Única dos Trabalhadores/PR, informou ter-se sentido provocado pela fala da Secretária sobre o que ela disse a respeito da criação do conselho estadual de juventude. Informou aos presentes que entidades da sociedade civil estão realizando reuniões freqüentes com o mote da organização do Conselho. Foi preparada uma carta que será entregue a secretaria para que esta leve ao governador.

Giuseppe, que falou pelo Pangea, agradeceu e parabenizou pela exposição, chamando a atenção pela falta de espaço para convivência juvenil e de espaços em que jovens possam encontrar-se com jovens para agirem com responsabilidade e liberdade e que por estas razões o projeto se faz ainda mais grandioso.

Considerou, por outro lado, a importância de ligar esta medida com outras medidas estruturantes, com outras secretarias estaduais, que os governos municipais tenham papéis importantes no pacto criado por esta política de juventude. E, por último, que este espaço dialogue com entidades do terceiro setor, pois são capazes de fazer a ponte, mobilizar e atrair a comunidade local de um modo único.

A representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Solisângela, trouxe a seguinte questão: como os gestores estão, se estão, instrumentalizando as novas tecnologias de comunicação e de informação a bem das políticas de igualdade social? Lembrou que não é possível haver sociedade democrática sem a democratização da informação e do conhecimento que atualmente, com os avanços tecnológicos temos cada vez mais por onde tornar públicos a informação e o conhecimento basta apenas colocar isto a serviço da juventude mais vulnerável.

Retomando a palavra para responder as dúvidas do plenário do Conjuve, a Secretária de Estado Thelma contou que os Centros da Juventude ainda não estão sendo construídos, pois estão em fase de licitação.

Entretanto o “pacto” feito com os municípios é que estes incorporem a proposta pedagógica dada pelo Estado, sem que haja a necessidade de abdicar da sua própria proposta. Cada município deve dispor de uma equipe mínima, composta por sete profissionais lotados no município. Os municípios não precisam estar executando o Projovem para receber o centro, porém há um determinado conjunto de fatores de ordem socioeconômicas que combinam a necessidade de a cidade receber um instrumento como este e a capacidade de a cidade gerir um instrumento como este. Isto foi pensado para que livrássemos de correr dois riscos: não haver juventude para freqüentar o centro e; a construção virar um elefante branco na cidade.

Assim como na questão da acessibilidade, o governo tem dado passos importantes neste caminho. A secretaria toma como exemplo à “Biblioteca Cidadã”, instalada em 300 dos 399 municípios do Paraná que dispõe de recursos avançados e cuja instalação contou com o apoio da Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL que forneceu os cabos e fibras ópticas.

Há um levantamento que na educação básica do Paraná há um contingente de 15% de pessoas com deficiência. Para o caso dos deficientes auditivos a secretaria de educação do Estado contrata intérprete de Libras.

Por fim, a Secretária Thelma agradeceu a atenção de todos, pediu para que todos aproveitem bem o Paraná, em especial a cidade de Curitiba e convidou a todos para a atividade de confraternização preparada para o Conjuve.

Apresentação do Relatório sobre a análise dos Programas de Juventude – Projovem Integrado.

Conselheiro/as: Maria Virgínia de Freitas e Valério Benfica, coordenadores da Comissão de Acompanhamento de Políticas e Programas; Renata Braga dos Santos, coordenadora Nacional do Projovem Urbano; Representante do Projovem Trabalhador do ministério do Trabalho e Emprego.

Exposição-relatório da Comissão de Acompanhamento de Políticas e Programas: Projovem Integrado. Anexo 2.

Exposição de Renata: Anexo 3.

Exposição do Ministério do Trabalho e Emprego: Anexo 4.

Debate:

Considerações do GT PPJ

Magi – Ação educativa – uma primeira questão colocada pela comissão é o que os parceiros entendem por “ação comunitária e participação cidadã”, partindo da idéia de que a cidadania é o ponto inicial de toda a discussão. É ser cidadã/o? É fazer caridade? Quaisquer que sejam as avaliações, elas precisam iluminar o conjunto destas dimensões.

Quando o conjuve reivindicou mais participação na elaboração do Projovem integrado, apontava uma questão da ausência da dimensão da cultura. Esta observação encontrou resposta no Projovem Urbano, mas como isso é pensado? É uma temática apenas ou é mais amplo?

É preciso haver um diálogo prático entre os conceitos de políticas emergenciais e as políticas universais, sobre as quais ainda deve-ser ter um foco. O Projovem tem muito sentido por fazer as duas coisas e aponta caminho para as redes que são universais. Mas como é isso se dá? Como é que está sendo desenvolvida esta discussão mais profunda? O projovem avança quando é desenvolvido no âmbito da escola, mesmo com o boicote de algumas escolas. Mas a preocupação particular é que mesmo os jovens se sentindo bem, devem saber como isso não se volta para a criminalização dos educadores que tem poucas condições de trabalho. Em Embu a seleção dos educadores levava em conta a visão que os educadores tem da juventude. Como é a seleção destes educadores de modo geral?

Se o entendimento que o Projovem convencionou sobre as PPJs é que estas têm que surgir da juventude e isso tem que ser articulado, acho que ainda falta uma câmara interministerial, que ligue as políticas setoriais com as políticas estruturantes. Havia essa discussão em 2007, mas não foi dada continuidade, lembrando que o Projovem é apenas uma das políticas de juventude e não a única, nem poderá ser um dia a única.

Qual o desenho da participação da sociedade civil no Projovem?

Para estas e outras questões que com certeza surgirão terem condições adequadas de aprofundamento, pode-se tomar como sugestão a realização de um seminário, já com os dados avaliativos em mãos, vendo as forças e as fragilidades para transforma-las em potencialidades. Fazendo um debate de forma transparente e com um compromisso com as políticas de juventude.

Solange – há muito tempo que esta discussão era necessária, pois se trata das gestoras dos programas, e esta é a atribuição desta comissão. Entretanto, ainda que com esta distancia, é notória a completa falta de dados sobre todas as formas e modalidades do Projovem.

Em relação a educação para ampliação da escolaridade, nem a dimensão do Projovem que dará conta da cultura. No novo modelo, o incentivo à escolaridade desaparece. Porque desaparece esta formulação, sabendo que não bastará colocar isso em outra fase ou modalidade.

É preciso maiores informações e um trabalho mais acentuado em favor do Empreendedorismo juvenil um foco maior nos jovens com maior vulnerabilidade e mesmo com a ausência de marcos legais para o cooperativismo e o empreendedorismo, o programa deve ser um agente impulsionador deste avanço.

O Conjuve está encontrando dificuldades em desempenhar uma de suas atribuições, qual seja, o controle social, muito devido a ausência de dados sobre o programa, sua abrangência, seus atendimentos, dentre outras.

A integração real das modalidades do programas em andamento é fundamental para que, por exemplo, não haja duplicações de cursos; depois, favorecerá avanços no sentido da especialização e da criação de etapas.

Assim, o grupo finalizou suas considerações.

Kleber Gesteira, da SG-PR, fez uso da palavra para defender que o Conselho deve contribuir para conservar as boas políticas e para incidir em prol de uma agenda propositiva sem perder tempo.

Ismênio, do Fórum de Gestores Estaduais de PPJ, citou os problemas no sistema do CAED que por vezes não lê os dados corretamente. Este erro não permitiu que as bolsas fossem pagas no Estado do PI.

Ainda com estas dificuldades, disse ele que fizeram um esforço para que seus professores fizessem um projeto complementar para melhorar o currículo dos alunos, o que está em andamento muito satisfatório.

Erica Galindo, que é conselheira pela Contag contribuiu com questões ligadas ao Projovem com ação integral: como se privilegia o Projovem a juventude cidadã? Como replicar isso para uma política efetiva a fim de que não se crie uma política assistencialista? Como isso pode avançar nas políticas amplas e dar conta das demandas dos sujeitos? É capaz o Projovem de levar o jovem para as outras modalidades de políticas públicas? O esquema pedagógico não pode inibir as experiências específicas das entidades sociais: está sendo traçada esta relação? Não pode haver restrições para o avanço nas práticas pedagógicas. Como se pode avançar ara qualificar os processos participativos no Projovem Campo? Como perceber o jovem no campo como um setor estratégico para o Projovem trabalhador?

Marvia, da União Nacional de Estudantes, observou o índice de desistência que avalia ser muito alto (39%) no Projovem Urbano. Considerando isso: há mecanismo de haver novas chamadas para não deixar vagas ociosas? Existe equipe para mapear as razões desta evasão? Existe equipe para convencer o jovem a voltar. Como a comunidade pode ajudar a solucionar estes problemas/ e os mecanismos de pressão do governo?

Daniele, da UBM, aponta que para obter resultado sob o aspecto da permanência é preciso analisar a condição socioeconômica e cultural destes jovens, sobretudo entre as jovens mulheres, muitas que são vítimas da gravidez indesejada, e passam a constituir uma família e acumular preocupações e responsabilidades. Finaliza perguntando qual é a evasão em específico no período noturno.

Davi, perguntou como está a participação dos jovens com deficiência no Projovem, pois é possível ver muitas categorias, mas nem tanto jovens com deficiência. Uma observação foi feita sobre o hotel: a não possibilidades de cadeirante se locomover para o espaço da reunião.

Fabio Meirelles, da Escola de Gente, expõe que dos 3% das crianças que estão fora da escola, 78% são crianças tem algum tipo de deficiência. Se este dado iluminar a visão do Projovem deve mudar radicalmente a sua aplicação. Quantos deficientes estão no Projovem e qual a sua evasão específica?

Tereza De Lamare, do Ministério da Saúde, participou com uma sugestão: que o Projovem leve em consideração os motivos que levam o jovem ao programa e qual a estrutura necessária para que eles permaneçam no programa.

Raimundo, representante do Conselho Estadual do Maranhão, disse que é preciso levar em consideração as condições das disparidades regionais tanto para a evasão como para o recrutamento: as distâncias, as economias locais, a escolaridade etc.

Deu como sugestão que a existência de Comitês Gestores Estaduais de PPJ devem ser uma das exigências do Governo Federal para celebrar o convênio do Projovem. Terminou inquirindo sobre como os conselhos estaduais podem ajudar monitorar o Projovem.

A intervenção de Gutenberg, do Estado do Piauí é sobre o número de vagas, que de acordo com o conselheiro é muito irrisório e centralizado nas capitais e grandes centros urbanos. Solicitou, enfim, mais agilidade do sistema de dados: os bolsistas do estado do Piauí estão a quatro meses sem bolsa.

Samoury Mugabe, pediu informações sobre como anda a aplicação do quesito cor nos cadastros, se a lei 10639/03 tem sido cumprida e observou que não viu esta discussão presente na apresentação tampouco vê o Projovem com recorte étnico racial.

A palavra retornou para a mesa para as respostas.

Renata de pronto aceitou a idéia da Comissão de Acompanhamento do seminário. É necessário pensar o mais rápido possível numa construção coletiva e bem discutida.

A coordenadora do programa afirmou que os dados existem, mas não estão disponíveis ainda, pois falta a maturação técnica deste, consensuar os conceitos, metodologias diversas de tratamento dos dados. Ainda assim, é possível disponibilizar os dados que vocês solicitarem.

De acordo com sua fala há o reconhecimento da fragilidade na nossa avaliação, pois não foi dada a devida atenção para trabalhar as dimensões como o acesso a cultura: o tema foi trabalhado, mas com relação aos acesso e aos direitos é coisa que tratamos com os parceiros. Afora isso, há prefeituras que fazem coisas interessantes que estão no nosso site, com todas as cidades atendidas em todo o Brasil. Com um pouco mais de debate estas experiências podem ser boas inspirações.

O discurso que criminaliza os professores nas relações dos alunos do Projovem não ocorre por acaso, mas o que é seguro é o empenho destes profissionais em desenvolver uma relação de dignidade e respeito com os alunos, se for feita, ainda que a revelia da coordenação do projovem, a comparação (boa) no projovem e (ruim) na escola regular.

Com relação às relações de gênero e étnico racial e ao quesito cor, a coordenadora afirma que não há qualquer modalidade de racismo ou discriminação na execução do Projovem. Não há nenhum tipo de discriminação racial. Já a contribuição da cultura negra está proposta em todo o nosso material, construído com a Seppir, nos comprometendo a incorporar todas as sugestões que a Seppir nos fizerem.

Em relação a aplicação da lei 10639/03 a coordenadora afirma desconhecimento de tal lei, entretanto acordou com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial que esta prepararia um material educativo para ser incorporado ao programa (até o momento a SEPPIR não enviou algum material).

A Coordenadora apoiaria a participação do Conjuve no Conselho Técnico.

Sobre a avaliação do Projovem à luz das resoluções da I Conferencia de Juventude, Renata assume que nunca pode fazer esta comparação.

Desistência e mulheres: ainda não temos este dado, o que Renata pode afirmar é que no Projovem original não havia disparidade.

Acessibilidade: estamos tentando superar estes desafios: nosso material esta em braille, assim como o site. O Governo federal paga um professor para acompanhar os alunos com deficiência. Temos, no entanto, que intensificar o chamamento para jovens com deficiência.

A relação entre a evasão no não existe com substancia, pois 99% das turmas são noturnas.

Sobre a concentração nos grandes centros urbanos: 50% dos atendidos são de cidades com menos de 200 mil habitantes, de acordo com um critério técnico.

Álisson, do Ministério do Trabalho e Emprego entende com tranquilidade que as organizações devem mandar todas as considerações feitas aqui ministério, numa reunião talvez, talvez em forma de texto, etc.

Por outro lado, defendeu a visão que o empreendedorismo tem um foco, sim, no jovem do campo, mas o empreendedorismo sempre é encarada com uma segunda opção de trabalho, pois assim que o/a jovem encontra um emprego assalariado abandona o programa.

Sobre as questões ligadas a pessoas com deficiências: ainda há uma falha nisto, foi feito um consorcio com algumas entidades, mas não foi possível seguir a frente propondo.

Sobre o atraso nas bolsas: o MTE estava sem técnico na sua área de liberação de recursos, mas que esta em vias de contratar.

David Barros retoma a palavra para agradecer a contribuição dos convidados e convidados que muito abrilhantaram esta manhã com suas exposições. Está convicto – e certo de compartilhar tal convicção com seus pares – de que se avançou no debate e, sobretudo nos encaminhamento do seminário, cuja proposta inicial fica para a comissão elaborar.

Encerra esta manhã de trabalho convidando a todos e todas para o almoço e avisa que após a refeição ocorrerá a reunião dos conselheiros da sociedade civil e dos conselheiros do Poder Público.

**Dia 11 de setembro,
Pela manhã.**

Discussão sobre o processo de convocação e realização da Assembléia de Eleição dos representantes da Sociedade Civil no Conjuve para o Biênio 2010 a 2011.

Os trabalhos foram conduzidos pela mesa diretora, o Presidente do Conjuve, David Barros, o vice-presidente Danilo Moreira e o Secretário Executivo do Conjuve, José Eduardo de Andrade. O presidente do David Barros iniciou os trabalhos dando bom dia a todos e todas, manifesta satisfação pela discussão realizada no dia anterior pela sociedade civil sobre a pauta deste momento. Entre outros assuntos cabe deliberar sobre: a) Composição e nomes para a comissão eleitoral; b) composição da sociedade civil (setores a serem representados) do próximo plenário do Conjuve 2010-2011; c) Edital de Convocação da Assembléia.

A comissão eleitoral ficou assim composta:

Alex Sandro Silva Nazaré – Secretaria Nacional de Juventude
Daniele Costa Silva – UBM – União Brasileira de Mulheres
Danielle F. dos Santos Gruneich – Ministério do Esporte
Luciana Camila dos Santos Brandão – IJC Instituto de Juventude Contemporânea
Maria Virgínia de Freitas – Ação Educativa
Reinaldo Chaves Gomes – Ministério da Justiça
Valério Costa e Silva – CPC Centro Popular de Cultura 8 de Março

O Presidente, então apresentou a proposta feita pela mesa diretora (Anexo 5). Tomando como referência a proposta que está em vigor pouca mudança aconteceria. A primeira mudança trata das entidades internacionais que financiam projetos de juventude: estas não poderiam disputar uma vaga ao plenário do Conjuve, assim estarão na mesma condição as entidades de Confederações Internacionais que possuem sede no Brasil.

Outra alteração fundamental trata-se da inclusão de mais uma vaga para representantes da juventude negra e juventudes partidárias (que passam a ter duas vagas com titularidade e suplência) e uma vaga (com titularidade e suplência) para umas religiões de matrizes africanas.

Após alguns minutos de debate e negociação com permuta e realocação de cadeira e temáticas foi possível apresentar alguns elementos novos que vieram a complementar e deixar a proposta mais exata.

O grupo das entidades de apoio passam de 12 para 13 cadeiras (com a adesão de cadeira de religiões de matriz africana), enquanto foi declinada uma cadeira do grupo de entidades e movimentos juvenis (esporte e lazer).

A proposta assim delineada, com estes elementos todos negociados, foi aprovada por aclamação e segue no anexo 6.

Por fim, foram feitos alguns registros e consideram, nas quais destacou-se a manifestação sobre a ausência de uma cadeira para o tema dos direitos humanos, mas que, entretanto, esta composição apenas reflete este momento específico do Conselho Nacional de Juventude, e que a pauta dos direitos humanos podem estar presentes e ser contemplada pela atuação de outras temáticas.

O Presidente encerrou este ponto felicitando aos que participam do conselho, e que deseja que o conselho continue mantendo relações próximas e dinâmicas com os movimentos sociais.

11 de Setembro, a tarde.

Informes:

Gavião, conselheiro pela União da Juventude Socialista, convidou a todos para a festa de comemoração dos 25 da UJS que ocorrerá dia 25 de setembro na cidade de São Paulo na Casa de Portugal. Gavião ressaltou a história luta da entidade ao lado da defesa dos direitos da juventude, como a campanha do voto aos 16 anos, a campanha Fora Collor, entre outras, e antecipou a possibilidade da presença de importantes figuras do cenário nacional.

A conselheira Severine Macedo, da Fetraf, informou que está sendo organizado o I Encontro das Juventudes do Campo Democrático Popular, previsto para ser realizado ainda este ano e que está sendo organizado pelas juventudes partidárias do referido terá como centro a discussão de PPJ. Com a participação de mais de 400 pessoas, a idéia é reunir as maiores lideranças da esquerda brasileira para consolidar o apoio para a execução das PPJ no ideal de que estas se transformem em políticas de Estado.

Luciana Martinelli, da Avina, trouxe a informação de que em breve iniciará a elaboração de uma publicação sobre juventude, participação e conselhos. Para tanto, foi contratado um consultor pela Avina, com dois estudos de caso, Maranhão e São Vicente. Há abertura para dois textos de pessoas que participaram de processos desta natureza, os interessados devem mandar textos até 25 de setembro.

Roseane Ribeiro, dos Jovens Feministas de São Paulo, indicou que dia 12 de outubro ocorrerá o lançamento, na sede da Ação Educativa, de uma cartilha 500 publicações, que trata das relações da mulher com a sua conquista de direitos, com linguagem Hip Hop intitulada "Hip Hop Mulher - Conquistando Espaços e Direitos".

Alex Nazaré, da SNJ, informou, em nome do GT Povos e Comunidades Tradicionais – Conjuve MDA na feira nacional de agricultura familiar, um seminário para discutir o II Encontro de Povos e

Comunidades Tradicionais. Ana Paula Jones, Nadjara, Valério Geninho e Alex. Dias 7, 8 e 9 de outubro no rio de janeiro.

Estamos acompanhando o andamento da análise do programa de juventude e meio ambiente em GT que cria um grupo interministerial. Rejuma fez um encontro para consultar a juventude sobre o programa. No mês de outubro construir-se-á um GT.

Daniele Costa Silva, da União Brasileira de Mulheres, divulga a Frente Nacional Contra a Criminalização do Aborto, presente em diversos estados. Faz a leitura de um manifesto da frente e submete a aprovação do conselho.

Após rico debate e algumas considerações das entidades religiosas presentes, que também subscreveram o documento, o Conjuve o aprovou e tornou-se seu signatário.

A conselheira ainda disponibilizou para os conselheiros/as alguns exemplares da Revista da UBM Presença da Mulher.

Fábio Meirelles – disse que a Conferência Livre de Comunicação será dia 25 e 26 de setembro, dentro da semana de juventude em Brasília.

Ângela, representante da Unegro, informou que acontecerá o Encontro da Juventude Negra Paranaense, dia 2 a 4 de outubro.

Nos dias 4 a 6 de dezembro, a Unegro realizará o seu I Encontro Nacional da Juventude da Unegro, na cidade de Olinda-PE.

Emerson, em nome da Força Sindical, relatou a realização, no dia 3 de julho do I Seminário da Força Sindical do estado da BA, com uma presença muito boa, e a representação de Alex Nazaré da SNJ/PR. Foram aprovadas moções em defesa dos marcos legais da juventude, contra o extermínio da juventude negra, e uma campanha contra o serviço militar obrigatório.

O membro da Pastoral da Juventude, Edinei usou a palavra para deixar os conselheiros/as a par de que no mês de outubro a sua organização realizou o Dia Mundial da Juventude, em cada localidade na qual a PJ se faz presente. O mote da atividade foi o tema “Contra Extermínio da Juventude, na luta pela vida. Juventude em Marcha contra a Violência”.

A conselheira Bia, que está no conselho da parte do CEMJ: está na pauta na câmara o Estatuto da juventude; em setembro e outubro haverá audiências nos estados. Na semana o dia 21 já se apresentará o primeiro texto do estatuto. Os eixos propostos segundo orientação do gabinete da Presidenta da Comissão, Dep Federal Manuela D’Ávila são: o sistema de políticas de juventude e o fortalecimento entre as áreas de políticas públicas. Ressalta este que é um bom momento para aprofundarmos os textos estatuto desde o início.

A conselheira que ocupa a cadeira de entidades locais pelo IJC, Camila Brandão, trouxe a informação de que o instituto realizará um seminário no começo de outubro para o debate a propósito dos 10 anos do IJC para pensar o passado e o futuro do instituto. Entre outros temas, está o extermínio da juventude será feito no próximo período.

David Barros completou o informe lembrando o homenageado Frei Tito de Alencar, por ocasião do aniversário de 35 anos do martírio.

Ismênio: o FGEPPJ - 7 a 10 de outubro ocorrerá a reunião do Fórum em Manaus e posse do conselho amazonense.

Julia Nadar Dietrich, da Escola Aprendiz, falou do Seminário Aprendiz, que acontecerá em São Paulo, 16 de setembro na USP. Em paralelo, ocorrerá uma Conferência Livre Infanto-juvenil de Comunicação, entre 30 e 31 de novembro. Estão todos convidados.

Marcus Vinicius, das Renas Jovem leu uma carta compromisso da renas jovem, que desde o início levando o debate sobre PPJ para a Renas e no último Encontro Nacional da organização houve uma participação muito grande de jovens, na qual deliberamos uma carta. Anexo 7

José Eduardo leu um documento enviado pelo conselheiro Irage, sobre jovens Bahaí (Anexo 8), a qual o conselheiro citado pede apoio. Pondera a necessidade de organização para dentro do governo no Ministério das Relações Exteriores, por tratar-se de jovens de outros países.

Daniilo Moreira lembrou a fim de registro que:

- O Estatuto da Igualdade Racial foi aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados;
- Os secundaristas farão uma atividade sobre a Juventude do MERCOSUL: juventude e trabalho decente. Na reunião do Paraguai o Brasil se comprometeu a fazer um encontro internacional com 50 a 60 pessoas que envolvam OIT, Governo e três representantes dos países do MERCOSUL patrocinado pela SNJ. A data prevista é de 20 a 22 de outubro;
- Marco Legal – a SNJ apresentou para o governo todas as sugestões do Conjuve e conversado com o Deputado Reginaldo Lopes na forma de uma proposta de adequação que incorpora todas as preocupações colocadas pelo Conjuve. Lopes tem reiterado que esperamos uma proposta de novo texto com novas metas a serem negociadas. Talvez, segundo Lopes, na semana que vem há possibilidades de ser votada, (levando em conta os problemas de pauta do Pré-sal). Segundo Reginaldo, Renan Calheiros se comprometeu a ser parceiro no Senado e por logo em votação. Todos os senadores ainda que nos trate bem não fazem questão de por em pauta;
- Estatuto da Juventude: há um novo instrumento a disposição do público: e-democracia é uma ferramenta muito importante para discutir o texto do estatuto por meio da internet promovido pela Câmara dos Deputados e depois não ficar lamentando que não se pode participar.

O presidente David Barros sensibilizou que se deve aproveitar a Semana Nacional de Juventude como um momento para debatermos o andamento das PPJ com a mesa diretora do Senado. Em relação ao estatuto, os conselheiros têm de ser envolver-se nas discussões em seus respectivos estados.

As organizações do Conjuve têm que realizar debates seminários para debater ainda mais estas propostas para que não fiquem somente no plano da formalidade das audiências e que este debate percorra outras searas. Uma vez feito este movimento, o conjunto destas contribuições tem de ser reunidas e sistematizadas para usar no e-democracia.

José Eduardo manifestou preocupação no debate sobre o Estatuto: o Conjuve tem que se antecipar ao debate. Não dá pra esperar a próxima reunião para fazer a discussão do Estatuto. Que se crie agora um grupo para discutir isso.

Sobre trabalho decente, informa que há um Subcomitê do MTE responsável por este tema, e se realizará uma reunião com representantes do Conjuve e da SNJ, e outros ministérios e conselhos (ainda sem data).

Há atividades temáticas: a conferência livre de comunicação, 25 e 26 de outubro, dá seqüência a uma discussão anterior a conferencia. Há uma lista com aproximadamente 35 nomes e que precisa ser completada.

Samoury Mugabe lembrou que o GT de Juventude Negra e Políticas Públicas também proporá uma atividade ao Conjuve para a Semana da Juventude.

Emerson, CGTB deu a sugestão de o Conjuve incluir atividades sobre a redução da jornada de trabalho na semana e convidar outros atores importantes como Dieese e as centrais sindicais, tendo em vista a importância desta medida para a criação de novos postos de trabalho.

Próxima RO do Conjuve e o II Encontro Nacional de Conselhos

O Presidente David informou da alteração de datas do II Encontro Nacional de Conselhos e da 19ª. RO do Conjuve. Esta ficará para 10 e 11/11 de 2009; e o II Encontro para os dias xx/xx de 2009. Este cuidado foi tomado em função de não deixar a Assembléia de eleição próxima da reunião do conselho para não haver possibilidade de favorecimento dos grupos já representados.

Alertando para o choque de datas, Fábio Meirelles, lembrou a Conferência Nacional de Comunicação para a qual o Conjuve está despendendo esforços e vale uma reavaliação.

Também detectando problema de mesma natureza, Marvia Scádua lembra o Congresso da UBES.

Por fim, as datas ficaram assim:

19ª. RO do Conjuve: 10 e 11/11/09

II Encontro Nacional de Conselhos:

Samoury Mugabe, manifesta incômodo em relação ao encaminhamento que não foi dado a sugestão do GT de Juventude Negra e Políticas Públicas.

O Presidente David Barros retoma a palavra a encerrar a reunião desejando um bom retorno a todos/as e dando bom período de trabalho as comissões e grupos de trabalho, na espera de ver bons resultados na 19ª. Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Juventude.